



A Formação de Professores Indígenas: Um diálogo sobre a valorização docente e suas condições de trabalho no município de Santo Antônio do Içá- AM ¹

Neidemara Araújo de SOUZA²
Neymia Oliveira MELLO³
Alliny Barbosa do NASCIMENTO⁴

RESUMO

O presente artigo aborda a temática da formação de professores indígenas. O objetivo é de refletir sobre a percepção dos professores indígenas sobre a valorização profissional e suas condições de trabalhos em seus contextos escolares de trabalho. A metodologia do estudo pautou-se na abordagem qualitativa, a partir do enfoque fenomenológico, utilizando-se da pesquisa documental e de campo no município de Santo Antônio do Içá - Amazonas, priorizando as entrevistas semiestruturadas e análise documental como procedimentos de coleta de dados. A fundamentação embasou-se nos seguintes autores Grupioni (2006) Almeida e Silva (2003) Brzezinski (2002) e nas seguintes legislações Constituição Federal de 1988, bem como nas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996. Os resultados versam sobre o sentimento de desvalorização por parte dos professores indígenas, ligadas a questão do preconceito com o índio, as dificuldades encontradas com relação as condições de trabalhos, imbricadas à questão da infraestrutura, a falta de materiais didáticos. Tanto a valorização e as condições de trabalho são aspectos significativos e importantes na perspectiva da formação do professor indígena e além de contribuir com a qualidade da educação escolar indígena.

Palavra Chaves: Professor indígena. Formação. Valorização. Condições de trabalho.

¹ Trabalho apresentado no GT02 – Educação, Políticas Educacionais, Interculturalidade e Formação de Professores Indígenas na Panamazônia do III Siscultura.

² Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. E-mail: souzaneidemara@gmail.com

³ Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. E-mail: oliveiramelloneymiaatn@gmail.com

⁴ Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM E-mail: allinysn@gmail.com



Introdução

No contexto histórico a educação indígena e a educação escolar indígena trazem em sua caminhada as mobilizações sociais, luta por demarcação de terras, por direito de igualdade e democracia, estes fatos surgem desde o século XVI por os jesuítas tentar catequizarem os índios, porém com a intenção de dominar os índios. À ideia de catequizar estava em abandonar a cultura indígena, sua língua materna, seus valores e tradições culturais.

Diante do exposto, nota-se que o desrespeito com o índio já vem desde tempos remotos. Do século XVIII para o século XX, vivencia-se a efetivação desta educação diferenciada no Brasil, pensando na aldeia/comunidades e na educação do povo indígena. Desde então de uma forma mais oprimida ou libertadora o país vem construindo políticas afirmativas acerca da educação diferenciada na perspectiva de valorizar os saberes e os direitos na sociedade, como aluno, professor e cidadão.

O professor índio hoje assume uma inteira responsabilidade, pois ao atuar como profissional deve mobilizar as escolas juntamente com os demais participantes para dialogar sobre a educação na comunidade, bem como avigorar esta educação através de métodos de acordo com a realidade da aldeia/comunidade, da mesma forma fortalecer a valorização profissão professor.

Esta pesquisa foi realizada com os professores indígenas do município de Santo Antônio do Içá- AM, com o objetivo de relatar o seu ponto de vista a partir dos seus contextos de trabalhos profissionais, relacionando a educação escolar indígena, a formação do professor indígena, as suas condições de trabalho, sobre o apoio que os mesmo têm tanto de políticas públicas quanto o apoio das lideranças.

A metodologia do trabalho encontra-se imbricada na abordagem fenomenológica, a partir da pesquisa qualitativa por se preocupar com questões subjetivas a respeito da profissão dos professores indígenas. Priorizou-se a pesquisa de campo e a documental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas registradas por meio de gravações de áudios a partir dos Termos de Anuência dos Caciques de

comunidades indígenas, da SEMED, SEDUC, bem como a autorização por parte dos professores participantes por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

A valorização do professor indígena: como é vista?

A valorização é um fator que faz parte da construção humana e da construção profissional. Em se falando de professor seja ele indígena ou não indígena a valorização é um ponto fundamental na perspectiva de qualidade educacional escolar. Neste sentido a valorização deve ser praticada no ambiente escolar, na comunidade e na sociedade de modo geral. A valorização expande-se não somente em questão profissional, ou seja, a valorização docente, porém em questão de valorização cultural e respeito sobre esta diferença de identidade existente em nossa sociedade.

O ponto de vista dos professores sobre a valorização docente são diferentes, afinal a realidade e a vivência de cada um foi diferente uns dos outros. Antes de entendermos sobre a valorização no processo e na vida profissional, é de suma relevância que compreendermos o olhar desses professores relacionado a educação indígena na contemporaneidade no contexto educacional no Brasil.

Vejamos o que diz as professoras:

A educação indígena apesar de ser uma conquista recente, hoje visa formar professores indígenas, ganhando espaço, ganhando visibilidade, está ganhando forças de entidades, então ela está ganhando a passos lentos, mesmo com esse processo político todo em volta da educação indígena, os direitos indigenistas, está ganhando espaço, e a educação indígena está sendo vista de uma forma diferente hoje, e a comunidade ela precisa investir nos membros da comunidade (Daniele⁵, 26 anos, Pesquisa de campo, julho de 2017).

Nós que somos indígenas, hoje já temos uma grande força, grande poder, já não é como antes, hoje o aluno pode estudar longe, nós como indígenas temos ajuda, e no meu ponto de vista isso é importante, pois

⁵ Os nomes dos sujeitos que se apresentam neste texto, são nomes fictícios na perspectiva de manter em anônima as identidades dos sujeitos participantes da pesquisa. Daniele tem 26 anos, pertencente a etnia Kokama.

o governo nos considera como um alguém, como índios. (Maria 40 anos, Pesquisa de campo, julho de 2017).

Bom a educação indígena hoje em dia tem melhorado muito comparando com os anos atrás, porque hoje já tem bastante formação cursos para os professores indígenas, e isso melhora a base de ensino deles para a educação indígena. Então eu vejo o contexto indígena comparando a dez anos atrás tem melhorado bastante, tem tido muitos estudos voltados para essas pesquisas, de como melhorar a educação indígena, (Luana, 24 anos, Pesquisa de campo, julho de 2017).

Os professores ao relatarem seus pontos de vistas sobre a educação indígena, podemos entender que houve várias mudanças o que engloba a autonomia, poder, vitórias, oportunidades, conquistas de direitos para a inserção na sociedade, direito a igualdade e a emancipação. É notório que em cada fala dos professores apontam um meio de superação diante de grandes lutas.

A trajetória destas conquista e democracia dos povos indígena, entra em discussão no poder político e jurídico a partir de 1980, pela conhecida Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, através de diversas mobilizações sociais, pensando na “[...] Educação Escolar Indígena[...] proteger, respeitar valorizar os saberes, as línguas, crenças, tradições e a formas de organização dos povos indígenas”. (ALMEIDA e SILVA 2003, p.20). No entanto a própria CF de 1988 abordava a valorização e os demais valores e princípios aos índios.

Diante do histórico de mobilizações dos povos indígenas, destacamos que não se almejava somete a luta em prol de suas terras ou a educação escolar indígena, é claro que estas são importantes, e notadamente dela poderíamos extrair e discutir a valorização, respeito e reconhecimento de suas capacidades como qualquer um ser humano, pois a função desta educação diferenciada não se difere da educação nacional, ambos compreendem a educação como um processo social que visa a plena formação do ser humano.

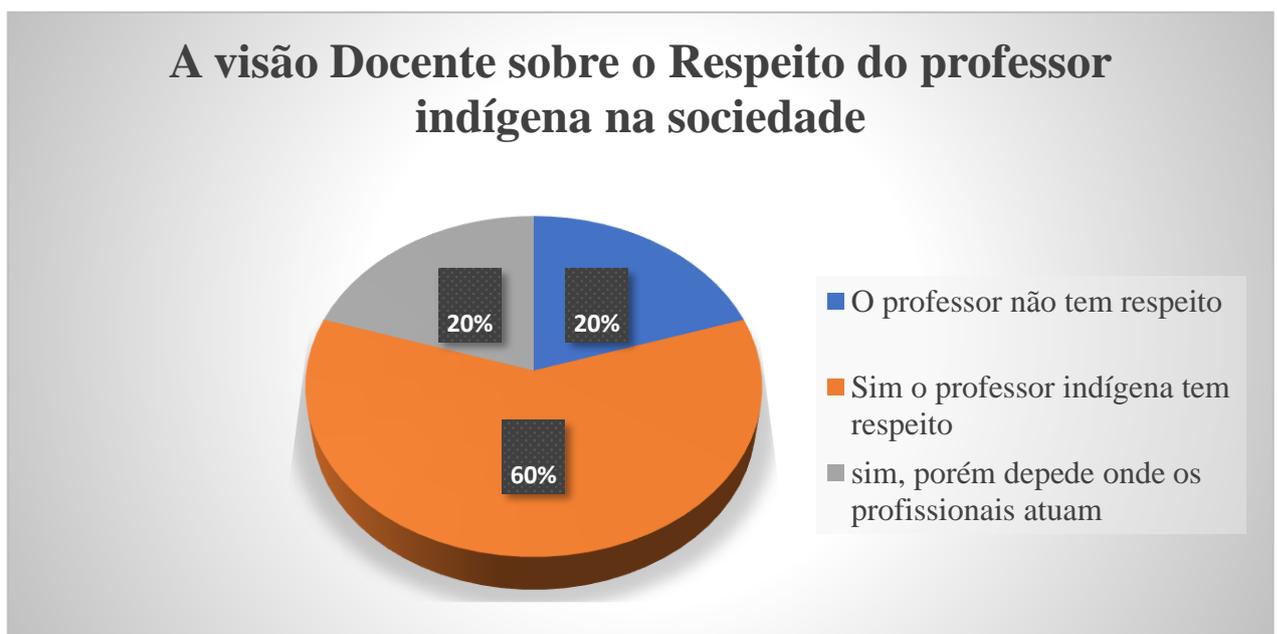
Para fomentar o intuito da educação, o documento LDB Nº 9.394/96 ressalta em seu Art. 1º que;

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no

trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Além de tratar-se do objetivo educacional, ela enfatiza e assegura as manifestações culturais que são visíveis em nossa vivência, estas que emergiram séculos atrás, movimentos que se pautou em busca de liberdade, igualdade, direito e respeito diante a sociedade.

Questionou-se sobre o respeito ao professor índio perante a sociedade, desta forma temos uma estimativa que se encontra apresentada no 1º gráfico a seguir:



Fonte: A autora (2018).

Nota: Pesquisa de campo, entrevistas, julho de 2017.

Os 60% dos professores indígenas afirmaram ter o respeito perante a sociedade, porém em seus relatos fazem a comparação de sua inserção desde o século XVI para o século XX, enfatizando a mudança que ocorreu durante esta trajetória.

20% afirmam não ter respeito, pois na sociedade em que se encontram se deparam com preconceitos, e em seu local de trabalho recebem olhares diferentes por

serem indígenas. Os outros 20% afirmam ter respeito em alguns aspectos, estes dependendo de onde o profissional vive, ou atua profissionalmente.

São várias outras situações de desrespeito que sofrem os professores indígenas.

Segundo Daniele o desrespeito vem por parte de alunos, do próprio sistema educacional.

Questionamos aos professores sobre qual necessidade da formação do professor indígena, afinal o subtema é relacionando ao seu olhar para a valorização do educador indígena, o seu ver sobre a sua própria formação, da mesma forma sobre a sua própria autonomia enquanto professor indígena.

Na voz do professor Leonardo, para se conseguir a melhoria da qualidade educacional escolar indígena é necessário que haja formação. Segundo ele;

[...] todos têm que ter a formação porque o currículo acadêmico pede, porque o governo federal pede, porque tudo hoje pede uma formação. E se pergunta qual? Formação acadêmica, formação emocional, formação estrutural e acima de tudo formação sociológica e étnica social (Leonardo, 32 anos, pesquisa de campo, julho de 2007).

Processo educativo escolar exige dos profissionais da educação a qualificação. Independente de ser indígena ou não indígena a formação do professor é importante para sua carreira profissional. A formação contribuirá significativamente não só para a sua vida escolar, mas também com sua aldeia/comunidade, assumindo uma inteira responsabilidade para com a educação escolar indígena.

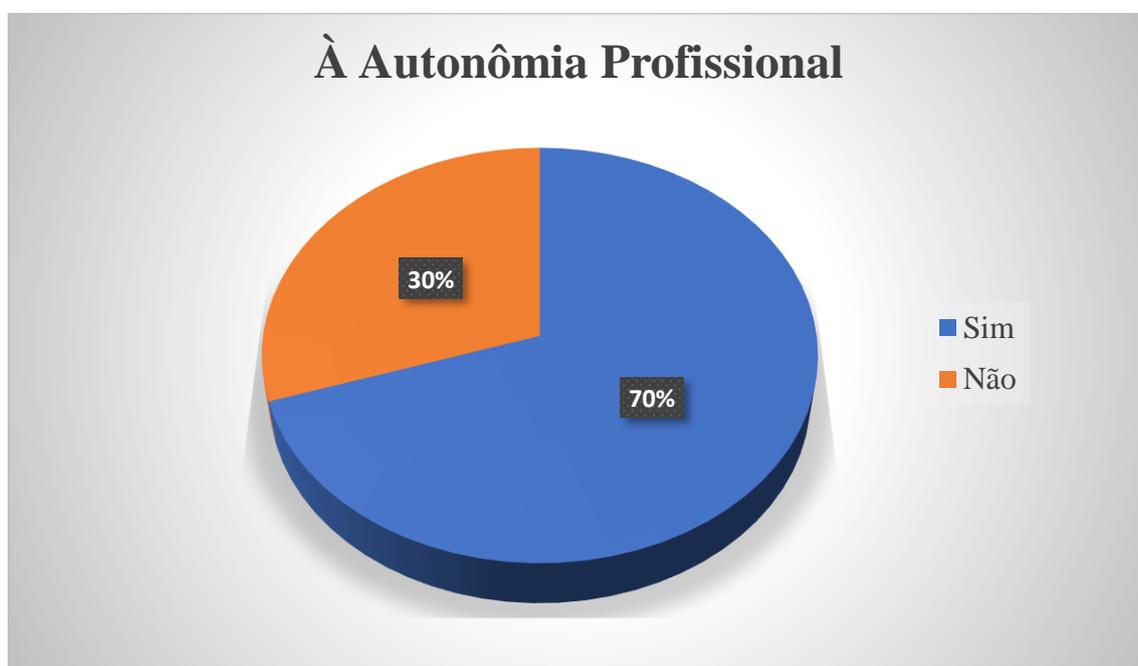
O professor indígena precisa conquistar sua autonomia intelectual na comunidade acadêmica escolar. Esta questão foi importante para analisarmos sobre o que se diz nas legislações e documentos jurídicos, relacionando a teoria e prática.

Os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, discuti sobre a práxis do professor e sua autonomia na atuação, enfatizando em;

[...] construir uma prática reflexiva, intensificando a capacidade do professor indígena de pensar seu próprio trabalho, enquanto desenvolve sua ação profissional, de forma que possa melhor atuar como professor, assim como contribuir para sua própria autonomia e

de outros, como pesquisadores e estudiosos de sua cultura, no diálogo crítico com outras culturas. (BRASIL, 2002, p. 44)

A base para um bom trabalho do professor indígena está associada a elaborações de atividades voltadas a sua realidade, práticas que permitam a ele mostrar e realizar suas habilidades resultando a sua autonomia em quanto docente indígena e cidadão. Diante desta questão o 2º gráfico apresenta resultados da autonomia docente.



Fonte: A autora (2018).

Nota: Pesquisa de campo, entrevistas, julho de 2017.

Obtivemos que 70 % dos professores afirmam ter a autonomia na escola, sala de aula e enquanto professor indígena. Porém outros 30% afirmam não ter nenhuma autonomia, tanto na escola, sala de aula e enquanto docente, por questões de não estarem atuando em uma escola indígena, de não poder impor suas ideias, realizar seus projetos e o importante ter apoio da gestão escolar.

Outro fator envolve a subordinação do gestor aos professores, o que não os permite a ter voz para discorrer sobre as melhorias e indicar sugestões. “No entanto, deve ser incentivado o desenvolvimento desses trabalhos [...] em que um maior número

de decisões podem ser tomadas pelos professores indígenas e suas comunidades, no sentido de favorecer os processos de autonomia da escola indígena. (BRASIL, 2002, p.63)

Ligada à questão da autonomia está também a ideia de valorização dos professores. A valorização docente vai além dos investimentos na carreira profissional, abrange a concepção da função do professor atribuída pela sociedade. A valorização docente pelo viés da carreira profissional vem ao longo da história sofrendo alterações. Neste sentido;

A carreira docente vem sendo submetida a diversas situações que não estimulam mudanças. Há uma histórica desvalorização do professor como atribuição de baixos salários, instabilidade profissional, principalmente, porque, em sua maioria, eles são contratados e não concursados para ingressar na carreira (BRZEZINSKI, 2002, p.146)

A afirmação de que “há uma histórica desvalorização do professor” Marcos em sua história de vida relata sua perspectiva sobre a profissão de professor indígena:

[...] hoje eu já sou professor, há 20 anos exercendo a função de magistério. A perspectiva é que quando eu estudava, sonhávamos em terminar os estudos e ganhar bem. Hoje chegamos a alcançar, e na realidade não é isso, não é o que sonhávamos anos atrás (Marcos, 43 anos, pesquisa de Campo, julho de 2017).

Portanto, nada mudou para Marcos e aos demais professores, ainda hoje são desvalorizados desta forma, em salários baixos, desestimulando-os e tornando a valorização dos poderes políticos ou da sociedade em reconhecimento a profissão docente uma utopia.

As condições de trabalho do professor indígenas no contexto escolar

As condições de trabalho implicam no exercício dos professores. É um dos grandes problemas até hoje para os professores, e estas condições não somente afeta os professores, mas os pais, alunos, a comunidade geral.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Observa-se que as condições de trabalhos destes professores, alguns possuem boas condições outras suas situações são precárias, pois a infraestrutura da escola não colabora para ambos, professor e aluno.

Aborda-se a respeito de uma das escolas mais precárias; esta que situa na comunidade de Vila de Betânia, a escola estadual Dom Pedro I que possui carências de professores indígenas, materiais didáticos, livros na biblioteca e principalmente a falta de livros voltados para a realidade do aluno, da escola e do docente indígena.

Além desses problemas apresentados, encontra-se a carência da merenda escolar, manutenção escolar, tecnologias para ter o acesso e conhecimentos a outras realidades, o muro da escola está desabando e pode causar danos as pessoas que dela faz parte. Estas são as condições que a escola apresenta, além da falta de participação do cacique e da própria coordenadora da SEDUC.

E se tratando de escolas indígenas é fundamental que as mesmas estejam apropriadas para atender as necessidades da comunidade envolvente. Podemos afirmar que, há falta de apoio das lideranças (cacique) nas escolas. Maria da etnia Ticuna diz; “Não temos muito apoio na comunidade. Temos um pouco do apoio do cacique, mas quando acontece algo ele não nos procura, ele não sabe como a escola funciona na comunidade” (Maria, 40 anos, pesquisa de campo, julho de 2017).

Esta é a realidade de diversas escolas diferenciadas, contudo o apoio das lideranças indígenas na escola é relevante para o processo educativo das crianças indígenas e contribui na qualidade da educação, pois ele como líder da comunidade sabe bem a realidade e as necessidades do povo, a ligação dele com a escola colabora no ensino e aprendizagem dos alunos e professores.

As escolas das comunidades sofrem pela falta de materiais didáticos. Um dos recursos alegados pelos professores é a falta de livros didáticos para trabalhar com os alunos indígenas do município. Conforme, afirma o professor Leonardo “há uma carência de livros na escola e primeiro vinham livros que atendiam toda demanda hoje não mais” (Leonardo, 32 anos, pesquisa de campo, julho de 2017). Este professor é da etnia kokama e atua na Escola Municipal Maria Pinto, situada na sede do município de Santo Antônio do Içá- AM.

O professor Leonardo ressalta ainda alguns outros empecilhos na escola onde atua, e relaciona à educação encontrada na escola Maria Pinto, a mesma sofre por precisar de boas condições para ter um melhor desenvolvimento. Na escola Dom Pedro I da comunidade de Vila Betânia a professora Maria afirma;

Nessa escola a muito tempo encontra-se em dificuldades, mas agora eu pensei, não somente eu mais outros professores, queremos que melhore, queremos que outra pessoa venha administrar essa escola, pois o gestor é indígena, mas não mostra interesse à educação indígena, não busca melhorias, e queremos que melhore, queremos outra gestão na escola. (Maria, Pesquisa de campo, julho de 2017).

Nota-se a preocupação dos professores com o ensino e aprendizagem dos alunos, e a causa do regresso da educação naquela escola é por falta de uma gestão que valorize a comunidade escolar.

A educação diferenciada na perspectiva da qualidade da educação indígena

As perspectivas relacionadas a qualidade de ensino diferenciado são muitas, para demonstra-las fora elaborado a tabela 1º que busca explicitar as perspectivas dos docentes para com essa educação indígena.

Perspectivas na qualidade da Educação Escolar Indígena	
Quantidade	Perspectivas
3	Formação continuada
1	Professores indígenas tem a perspectiva de atuar em escolas indígenas
2	Almejam que a educação bilíngue seja inclusa no currículo escolar.
2	Melhoria na infraestrutura das escolas
1	Mais investimento na educação diferenciada
1	Gestores aptos para gerir escolas indígenas
2	Não apresentaram perspectivas



Fonte: As autoras (2018)

Nota: Pesquisa de campo, entrevistas, julho de 2017.

De acordo com estas perspectivas expressas na tabela 1º, fora possível analisar, de que dos 10 professores entrevistados 20% deles não apresentaram nenhuma perspectiva devido as muitas dificuldades encontradas no âmbito escolar, que vão da infraestrutura precária a falta de um bom relacionamento interpessoal com as lideranças tanto da escola quanto da comunidade em que atua.

Em contrapartida 80% dos docentes afirmam obter perspectivas mesmo mediante aos entraves encontrados na atuação enquanto educador. No entanto, esta prática para a efetivação de uma educação diferenciada e qualificada torna-se um dos maiores desafios. Afinal os educadores tem suas perspectivas voltadas para o âmbito educacional indígena que compreenda a realidade da comunidade e proporcione o sucesso escolar e profissional.

Portanto, um dos fatores para alcançar o sucesso da educação qualificada, são escolas preparadas para receber esta comunidade multicultural e multiétnica. Em vista disto, Daniele relata que por ser indígena e atuar numa escola não indígena, encontrou uma pluralidade cultural em sua sala de aula, e para os indígenas há vários empecilhos por estudar em uma escola não indígena. Dentre estas, a falta de diálogos é apontada por Daniele como a maior dificuldade encontrada na docência em escolas não indígenas.

Apontar as dificuldades descritas por Daniele, reflete na necessidade de efetivar a educação diferenciada bilíngue, que está amparada pela Constituição Federal em seu Art. 210, o qual assegura esta educação.

O direito da educação bilíngue para os indígenas no município de Santo do Içá é uma pauta que emergi várias discussões.

Vejamos o que diz a professora entrevistada;

Em Santo do Antônio do Içá existem comunidades indígenas Ticunas, Kokama e Caixana, por isso, há necessidade de ofertar uma educação bilíngue para as escolas. Eu vejo que esse Artigo 210 aqui em Santo Antônio está sendo para poucos alunos, porque a educação bilíngue é afetada por uma série de dificuldades de implantação dessa educação diferenciada. (Daniele, Pesquisa de Campo, 26 anos, julho de 2017)



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



É importante frisarmos que a Constituição Federal e sua ementa do Art. 210 fortalece a ideia de investimento na formação de professores indígenas. Investir na qualificação docente é investir num processo educativo indígena de qualidade, além de contribuir com a sociedade indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar indígena não abrange somente o dever de ensinar ou educar, porém ensina a valorizar e respeitar os indígenas que fazem parte da sociedade, pois são valores e princípios que devem ser respeitados por todos.

É necessário que na prática seja efetivada os princípios de valorização aos indígenas. É preciso valorizar os saberes, a cultura e as características étnicas dos diferentes grupos sociais.

Valorizar o indígena é valorizar também o professor indígena. Deve-se investir na qualificação profissional para se construir uma educação escolar indígena diferenciada de acordo com os princípios legais constitucionais.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. de; SILVA, R. H. D. da. A Política de educação escolar indígena na década de 90. **Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, nº1, 2003

BRASIL. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília: MEC, 1993.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano Editorial, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Org. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394. Brasília: Congresso Nacional, 1996.